

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.695 - MG (2019/0357217-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WANDERSON GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE REZENDE SABER - MG066382
WANDERSON GOMES DE OLIVEIRA - MG092974
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HILTON DE FREITAS PAIVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar impetrado em favor de HILTON DE FREITAS PAIVA JUNIOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.142673-3/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 14/8/2019, convertida em prisão preventiva, tendo sido posteriormente denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 115):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – CRIME DE TRÁNSITO - REITERAÇÃO DE PEDIDO – SÚMULA Nº 53 DO TJMG – NÃO CONHECIMENTO - ILEGALIDADE DA PRISÃO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – NÃO VERIFICAÇÃO - EXPECTATIVA DE PENA MAIS BRANDA – INVIABILIDADE. - Não se conhece de Habeas Corpus com fundamento lastreado em pedido anterior já apreciado, julgado e denegado (Súmula nº 53 do TJMG). Dessa forma, incabível a re-análise das alegações relativas à negativa de autoria, ausência dos pressupostos autorizadores da prisão, viabilidade de medidas cautelares diversas e presença de condições pessoais favoráveis ao paciente. - A situação flagrancial do crime de tráfico de entorpecentes – de natureza permanente –, dispensa a necessidade de mandado de busca e apreensão para se adentrar na residência em que se tem em depósito as drogas. - Inviável conceder liberdade, in casu, com base na expectativa de pena futura, uma vez que não há como antever, neste momento, quais seriam os limites da provável sentença condenatória.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, a defesa sustenta que nada foi encontrado com o paciente que pudesse lhe imputar a prática de tráfico de drogas. Diz que ilegalmente a polícia entrou no apartamento do paciente e a droga lá encontrada era exclusivamente para uso próprio. Aponta que não havia nenhum indício de traficância e mesmo assim o paciente foi preso e denunciado indevidamente.

Aduz que, caso condenado, será beneficiado com o § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, tendo sua pena reduzida e substituída por restritivas de direito.

Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta a primariedade do paciente e defende a suficiência de imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Destaca excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista que está preso há mais de 100 dias e a audiência foi marcada ainda para 04/02/2020.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a imediata expedição do alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

